

RECURSO ESPECIAL Nº 1.838.716 - SP (2019/0278920-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
RECORRENTE : MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S.A.
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RECORRENTE : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
ADVOGADOS : ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844
ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI - SP422275
RECORRENTE : SERGIO RODRIGUES BRANDAO
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO LEIRA - SP153649
RECORRIDO : OS MESMOS
AGRAVANTE : SERGIO RODRIGUES BRANDAO
ADVOGADO : JOSÉ REINALDO LEIRA - SP153649
AGRAVADO : VOLKSWAGEN DO BRASIL INDÚSTRIA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES LTDA
ADVOGADOS : ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA - MG086844
ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825
RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI - SP422275
AGRAVADO : MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S.A.
ADVOGADO : ALESSANDRA MARQUES MARTINI - SP270825

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo no recurso especial adesivo interposto por SERGIO RODRIGUES BRANDÃO, com fundamento no art. 105, III, *a*, da Constituição da República, contra acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado (fl. 584):

Plano de saúde coletivo - Funcionário Direito de manutenção do beneficiário nas mesmas condições contratuais, respondendo pelo pagamento integral das mensalidades - Beneficiária que atende aos requisitos do art. 30 da Lei nº 9.656/98 - Valor definido como devido que não reflete a verdadeira quantia a ser paga - Contribuição devida pelo autor a ser apurada - Recurso provido em parte.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fls. 668-670).

Em suas razões recursais, aponta a parte recorrente ofensa ao artigo 31 da Lei nº 9.656/1998, defendendo o direito de ser mantido por prazo indeterminado no plano de saúde, após sua demissão da empresa, tendo em vista haver contribuído para o seu custeio por mais de 10 (dez) anos.

Contrarrazões ao recurso especial adesivo, às fls. 689-698.

Crivo positivo de admissibilidade na origem (fls. 713-714).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

DECIDO.

2. Com o provimento do recurso especial interposto pela MEDISERVICE OPERADORA DE PLANOS DE SAÚDE S.A., anulando o acórdão ora recorrido, fica prejudicado o recurso interposto por SERGIO RODRIGUES BRANDÃO.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de novembro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator